

Comentários TRANSPETRO

Consulta Pública - Minuta de Portaria Regulamentando Critérios Tarifários para o Transporte Dutoviário de Gás Natural

PROPOSTA ANP – Consulta Pública	SUGESTÃO TRANSPETRO	COMENTÁRIOS TRANSPETRO
Regulamenta os critérios tarifários para o transporte dutoviário de gás natural.		
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo art. 8º, inciso VI, da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:		
Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria o estabelecimento dos critérios para cálculo de tarifas de transporte dutoviário de gás natural.		
Art. 2º As definições contidas na Portaria ANP n.º XXXXXX, que regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural, ou outra que venha a substituí-la, ficam incorporadas a esta Portaria.		
Art. 3º As tarifas de transporte de gás natural não implicarão tratamento indevidamente discriminatório ou preferencial entre usuários.	Art. 3º As tarifas de transporte de gás natural não implicarão tratamento discriminatório entre usuários.	Sugere-se ajuste de redação.

Comentários TRANSPETRO

Consulta Pública - Minuta de Portaria Regulamentando Critérios Tarifários para o Transporte Dutoviário de Gás Natural

PROPOSTA ANP – Consulta Pública	SUGESTÃO TRANSPETRO	COMENTÁRIOS TRANSPETRO
Art. 4º As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador serão compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis a sua prestação, devendo refletir:		
I. Os custos da prestação eficiente do serviço;		
II. Os determinantes de custos, inclusive percurso, capacidade e diferença de pressão entre pontos de recepção e entrega, observando a responsabilidade de cada carregador e/ou serviço na ocorrência desses custos e as qualidades relativas entre os tipos de serviço oferecidos; e		
III. Os Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, além da busca de competitividade e do desenvolvimento da indústria de gás natural.		
Art. 5º A tarifa do serviço de transporte firme será estruturada, no mínimo, com base nos seguintes encargos:		
I. Encargo de capacidade de entrada: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de recepção, as despesas gerais e administrativas e os custos fixos de operação e manutenção;	I. Encargo de Capacidade de Entrada: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade dos Pontos de Recepção, às despesas gerais e administrativas e aos custos fixos de operação e manutenção;	Sugere-se a inclusão do termo "Pontos de Recepção", pois deixa o texto mais claro.
II. Encargo de capacidade de transporte: destinado a cobrir os custos de investimento relacionados à capacidade de transporte;		

Comentários TRANSPETRO

Consulta Pública - Minuta de Portaria Regulamentando Critérios Tarifários para o Transporte Dutoviário de Gás Natural

PROPOSTA ANP – Consulta Pública	SUGESTÃO TRANSPETRO	COMENTÁRIOS TRANSPETRO
III. Encargo de capacidade de saída: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de entrega;	III. Encargo de capacidade de saída: destinado a cobrir os custos operacionais e de investimento relacionados aos Pontos de Entrega;	Sugere-se a adequação do texto.
IV. Encargo de movimentação: destinado a cobrir os custos variáveis com a movimentação de gás.		
Art. 6º A tarifa do serviço de transporte interruptível será estruturada com base em um único encargo volumétrico, cujo valor será estabelecido em função da probabilidade de interrupção e demais condições deste serviço, tomando como referência o serviço de transporte firme.		
Art. 7º As tarifas propostas para serviços diversos dos serviços de transporte firme e interruptível terão por referência a tarifa do serviço de transporte firme, observado o disposto no art. 4º desta Portaria.		
Art. 8º A tarifa mínima para a capacidade de transporte adicional, criada a partir de investimentos em expansão da infra-estrutura de transporte, será igual ao maior valor entre a tarifa compartilhada, calculada com base na capacidade e nos custos associados à instalação de transporte existente e à sua expansão, e a tarifa incremental, calculada com base na capacidade e nos custos adicionais associados apenas à expansão da instalação de transporte.	Art. 8º A tarifa mínima para a capacidade de transporte adicional, criada a partir de investimentos em expansão da infra-estrutura de transporte, será igual ao maior valor entre a tarifa compartilhada, calculada com base na capacidade e nos custos associados à instalação de transporte existente e à sua expansão, e a tarifa incremental, calculada com base na capacidade e nos custos adicionais associados apenas à expansão da instalação de transporte.	Entendemos que seria melhor definir os termos “tarifa compartilhada” e “tarifa incremental” no início da portaria. Definir mais claramente: ...calculada com base na capacidade... (qual capacidade?)

Comentários TRANSPETRO

Consulta Pública - Minuta de Portaria Regulamentando Critérios Tarifários para o Transporte Dutoviário de Gás Natural

PROPOSTA ANP – Consulta Pública	SUGESTÃO TRANSPETRO	COMENTÁRIOS TRANSPETRO
Parágrafo único: No caso da adoção da tarifa compartilhada, as tarifas dos contratos firmes existentes antes da referida expansão serão ajustadas de modo a observar a redução do custo unitário de transporte.		
Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes 90% (noventa por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de capacidade ociosa de transporte, descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional à ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;	Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes 90% (noventa por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de <u>volume pago e não utilizado</u> , descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional à ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;	Entendemos que o repasse deveria ser de 90% da parcela utilizada que esteja <u>dentro do ship or pay</u> do carregador. Caso contrário, o transportador só receberia 10% de tarifa e tenderia a aumentá-la. Esse é o conceito já consagrado e inclusive adotado na portaria ANP 115/00.
Art. 10 As reduções nas tarifas de transporte previstas nesta Portaria estarão condicionadas à comprovação, por parte do carregador, do repasse integral ao preço de venda do gás, caso este seja comercializado.		
Art. 11 As tarifas aplicáveis a qualquer tipo de serviço de transporte de Gás Natural deverão ser comunicadas à ANP e divulgadas ao mercado.		a) Quem deverá comunicar à ANP. O Carregador ou o Transportador? b) Quem deverá divulgar ao mercado. O Carregador, o Transportador ou a ANP?
Art. 12 O descumprimento do disposto na presente Portaria implicará as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.		
Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.		